

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH**  
**NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS**  
**HUMANOS - PPDH**

**EDITAL UFRJ nº 285**  
**PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO NO CURSO DE**  
**MESTRADO DO PROGRAMA EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM**  
**DIREITOS HUMANOS - PPDH PARA 2016.**

De ordem do Senhor Diretor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Prof. Vantuil Pereira, e de acordo com a legislação e regimentos em vigor, faço público, para conhecimento dos interessados, que se encontram abertas as inscrições para o Curso de Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos.

### **1. DAS INSCRIÇÕES**

1.1. As inscrições poderão ser feitas no período de 14 de setembro a 9 de outubro de 2015, das 10:30 às 15:00 horas, na secretaria do curso, à Av. Pasteur 250 – Prédio Anexo do CFCH, 3º andar, sala 12, Urca, CEP nº 22290-240. A inscrição poderá ser feita pessoalmente, na secretaria do Programa. Os candidatos poderão se inscrever por procuração simples ou por correspondência via *SEDEX*, com aviso de recebimento. A comprovação da data da postagem, até 9 de outubro de 2015, será o carimbo do correio.

1.2. Poderão concorrer ao Processo Seletivo para o Curso de Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos graduados em curso superior de qualquer área de conhecimento.

1.3. Serão admitidas inscrições de concluintes de graduação, desde que apresentem documento comprobatório de conclusão de curso até a data da matrícula no Programa.

### **2. Das Vagas**

2.1. Serão oferecidas 15 (quinze) vagas para o Curso de Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos.

2.2. No ato da inscrição, os candidatos optarão por concorrer à vaga regular ou àquelas condicionadas à sua auto-declaração como indígena ou negro.

2.3. Do total das vagas serão destinadas 04 (quatro) vagas para o Programa de Ação Afirmativa (para candidatos/as auto-declarados/as negros/as (conforme a assinatura de termo de adesão Anexo V).

2.4. Do total das vagas será destinada 01 (uma) vaga para o Programa de Ação Afirmativa (para candidatos/as auto-declarados/as indígenas (conforme a assinatura de termo de adesão Anexo VI), número que poderá ser alterado pelo Colegiado do PPDH/NEPP-DH/UFRJ.

2.5. No caso de não haver candidatos/as aprovados/as no Programa de Ação Afirmativa, as vagas deixam de estar reservadas a esta Ação, voltando para a concorrência geral.

2.6. Não há obrigatoriedade de preenchimento do número de vagas ofertadas no processo seletivo 2016.

2.7. O Programa enfatiza que a aprovação não garante a atribuição de bolsa de estudo.

### **3. DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A INSCRIÇÃO DO CANDIDATO**

3.1 Preencher a ficha de inscrição (em duas vias);

3.2 Preencher o termo de opção, conforme item 2.2;

3.2 Cópia e original do RG, do comprovante de CPF, do título de eleitor com o comprovante de voto da última eleição e do certificado militar (se for o caso), para as inscrições feitas na Secretaria do PPDH ou cópia autenticada para as inscrições feitas por via postal (correio – SEDEX).

3.3 Cópia e original do diploma de graduação ou declaração de conclusão, expedida por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC para as inscrições feitas na Secretaria do PPDH ou cópia autenticada para as inscrições feitas por via postal (correio – SEDEX).

3.4 Em caso de conclusão do curso de graduação até outubro de 2015, o(a) candidato(a) deve apresentar declaração que comprove tal condição, expedida por órgão competente de instituição de nível superior;

3.5 Os candidatos portadores de diploma de instituições estrangeiras deverão apresentá-lo revalidado em território nacional, conforme normas da UFRJ.

3.6 Cópia e original do histórico escolar da graduação, expedido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC para as inscrições feitas na Secretaria do PPDH ou cópia autenticada para as inscrições feitas por via postal (correio – SEDEX).

3.7 Apresentar 5 (cinco) cópias do Currículo Lattes, disponível para preenchimento no endereço <http://lattes.cnpq.br>, em versão impressa.

3.8 Indicar, na ficha de inscrição, entre o inglês, espanhol e o francês, a língua estrangeira de sua escolha da qual fará a prova específica;

3.9 Apresentar 5 (cinco) vias do Projeto de Pesquisa que pretende desenvolver no Curso de Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos, tendo em vista o prazo máximo para conclusão em 2 (dois) anos. O projeto deverá ser digitado em espaço entrelinhas 1,5; fonte Times New Roman, corpo 12; papel formato A4; margens de 2,5cm e não deverá ultrapassar 15 (quinze) páginas de texto (contando com as referências bibliográficas).

3.10 Apresentar 1 (uma) via do Projeto de Pesquisa em CD/DVD no formato pdf.

3.11 No ato de inscrição, o(a) candidato(a) receberá um comprovante que deverá ser 3.12. Os inscritos por correspondência (correio – SEDEX) deverão apresentar o documento comprobatório do encaminhamento postal e o RG em todas as etapas do processo seletivo.

3.13. Serão homologadas as inscrições dos candidatos que apresentarem os documentos, explicitados no subitem 2 deste Edital, no prazo estipulado.

3.14. Para os candidatos auto-identificados como indígenas interessados em pleitear uma vaga na pós-graduação do PPDH/NEPP-DH/UFRJ ainda será solicitado:

3.14.1 um memorial relatando histórico de vida e intenções de estudo no PPDH/NEPP-DH/UFRJ, contendo auto-declaração de identidade indígena, com menção do grupo indígena específico a que está identificado;

3.14.2 Quaisquer documentos adicionais que o candidato considere pertinentes em função do que foi acima delineado, inclusive documentos diversos que comuniquem sua conexão com uma comunidade indígena.

3.14.3 Podem ser anexados:

- documentos como carteira da Funai, cartas da comunidade e/ou de alguma organização indígena. Nenhum destes
- documentos, contudo será considerado, em princípio, indispensável.

3.14.4 A seleção será feita primeiramente pela avaliação deste dossiê. Em seguida, deverá ser realizada uma entrevista com os candidatos aprovados na primeira etapa da seleção, o que definirá os candidatos aptos à entrada no PPDH/NEPP-DH/UFRJ.

#### **4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO**

4.1 O processo seletivo será realizado nas dependências do NEPP-DH, sito Av. Pasteur, nº 250, prédio anexo do CFCH, 3º andar, Urca, e as datas e os horários encontram-se explicitados no item 8 deste Edital.

4.2 Os candidatos não-optantes e optantes auto-identificados como negros obedecerão a todas as regras e passarão por todas as etapas estabelecidas por

este edital. Candidatos optantes indígenas serão selecionados primeiramente pela avaliação de um dossiê, conforme indicado no item 3.14. No entanto, enquanto para os candidatos não-optantes a nota de corte em todas as etapas do processo seletivo será 7,0, para os candidatos optantes auto-identificados como negros a nota de corte em todas as etapas do processo seletivo será 5,0.

4.3 O processo de seleção compreenderá as seguintes etapas:

**Prova escrita de idioma estrangeiro.** Esta etapa é eliminatória, mas não classificatória. O(a) candidato(a) será considerado apto(a) ou não apto(a), avaliando-se sua capacidade de compreensão global de um texto em língua estrangeira (inglês, espanhol ou francês, à escolha do candidato(a) no momento da inscrição). Será avaliada a elaboração de respostas em língua portuguesa com coesão e coerência. Será permitido o uso de dicionário monolíngue. As provas não serão identificadas pelo nome do candidato para preservar o anonimato.

4.4 **Prova escrita.** Esta etapa é eliminatória e classificatória. O candidato(a) deverá responder, em português, uma ou mais questões propostas pela banca com base nos títulos sugeridos no anexo II deste Edital). Não é permitida a consulta a qualquer material por ocasião da prova. As provas não serão identificadas pelo nome do candidato para preservar o anonimato.

4.5 **Arguição oral do pré-projeto de dissertação e do currículo.** Esta etapa é eliminatória e classificatória. Trata-se de avaliação da trajetória acadêmica e do pré-projeto de dissertação do candidato(a), considerando o mérito e a viabilidade de sua execução no período de 2 anos.

## 5. DA AVALIAÇÃO

5.1. As três etapas do processo seletivo são eliminatórias.

5.2. A cada etapa será divulgada no mural do PPDH a lista dos candidatos convocados para as provas subsequentes.

5.3. O não-comparecimento a qualquer etapa do processo de seleção implica a eliminação automática do candidato.

## 6. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

6.1- **Análise do anteprojeto**

6.1.2 Coerência e pertinência do anteprojeto do candidato;

6.1.3 Revisão de literatura com problematização do tema proposto e sua análise crítica;

6.1.4 Descrição do problema a ser pesquisado e definição dos objetivos da investigação;

6.1.5 Clareza argumentativa;

6.1.6 Coerência teórico-metodológica;

6.1.7 Viabilidade de execução do projeto;

## **6.2- Prova escrita**

6.2.1 Conhecimento teórico-metodológico acerca das temáticas Políticas Públicas em Direitos Humanos.

6.2.2 Consistência e coesão entre as respostas e as questões propostas;

6.2.3 Coerência e coesão do texto escrito;

6.2.4 Correção dos aspectos formais do texto: gramática e ortografia.

## **6.3- Prova de línguas**

a) Compreensão instrumental da língua, coesão e coerência.

b) Correção dos aspectos formais do texto traduzido: gramática e ortografia.

## **6.4- Prova oral**

a) Domínio teórico-metodológico do campo problemático apresentado no anteprojeto;

b) Conhecimento teórico-metodológico afim à linha de pesquisa;

c) Disponibilidade para dedicar-se ao curso;

d) Coerência e pertinência qualitativa de sua formação anterior com a linha de pesquisa à qual o candidato se propõe bem como aos interesses de pesquisa.

## **7. INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

7.1. Os candidatos poderão interpor recursos até 48 horas após a divulgação do resultado de cada etapa, munidos de documento de identidade original com foto e/ou por procuração, mediante requerimento disponível na Secretaria do PPDH, desde que o façam no prazo previsto no calendário deste Edital. Não serão recebidos recursos apresentados fora do prazo e de forma diferente da estipulada neste edital.

7.2. Os recursos sobre os resultados, parcial ou final, da seleção poderão ser interpostos pelos candidatos nos prazos previstos no calendário deste Edital, diretamente na Secretaria do PPDH. O recurso deverá ser apresentado por meio de documento formal e segundo as seguintes características:

- a) deve estar redigido de forma clara e precisa, chamando a atenção para os pontos que julgue discutíveis da prova;
- b) deve conter uma justificativa precisa e concisa do motivo do recurso;
- c) deve ser apresentado de forma legível;
- d) devem constar nome (legível), assinatura, número da carteira de identidade ou equivalente e data.

7.3. Os recursos serão julgados por uma Comissão, composta pelos integrantes da banca examinadora e por representante da coordenação do Programa, todos membros do Corpo Docente do PPDH.

7.4. A Comissão revisora divulgará os resultados dos recursos, no quadro de avisos do PPDH no NEPP-DH/UFRJ, obedecendo aos prazos previstos no calendário deste Edital.

## **8. CALENDÁRIO DO PROCESSO SELETIVO**

Evento	Prazo até
Inscrições	14/09 a 09/10 de 2015
Homologação dos Inscritos	15/10 de 2015
Realização da prova de línguas	22/10 de 2015
Resultado da prova de línguas	27/10 de 2015
Prova teórica	04/11 de 2015
Resultado da prova teórica	24/11 de 2015
Prova de Arguição oral	De 30/11 a 04/12 de 2015
Resultado Arguição oral	08/12 de 2015
Resultado final	17/12 de 2015

## **9. DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. Para a realização das provas, o candidato deverá trazer documento de identidade original e caneta azul ou preta.

9.2. Será divulgado o resultado final, contendo a lista dos candidatos aprovados em ordem alfabética com as respectivas notas, no dia 17 de dezembro de 2015, após as 16:00h, no mural do PPDH.

9.3. Após a divulgação dos resultados finais, a documentação dos candidatos não selecionados ficará à disposição na secretaria do PPDH, com exceção da ficha de inscrição, no período de 02 a 28 de fevereiro de 2016. Após esse prazo, o material será destruído.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2015

Vantuil Pereira  
Diretor NEPP-DH



## ANEXO II

### Bibliografia

1. ARANTES, Paulo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 25-150.
2. ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
3. BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
4. BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
5. CAPELLA, Ana Claudia N. "Perspectivas teóricas sobre processo de Formulação de Políticas Públicas" In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Martha e: MARQUES, Eduardo (orgs). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 87-122.
6. FARIA, C. A. "Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes" In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18(51), p. 21-29, fev. 2003.
7. FEDOZZI, Luciano. "Democracia participativa, lutas por igualdade e iniquidades da participação" In: FLEURY, Sônia; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos C. (orgs.). **Participação, Democracia e Saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009, p. 204-228.
8. HERRERA-FLORES, Joaquin. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis/SC: Fundação Boiteux; IDHID, 2009.
9. HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos – Uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
10. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos C. "Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas" In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabet (Orgs). **Políticas Públicas: coletânea**, Brasília: ENAP, 2006, vol. 1, p. 289-313.
11. OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: economia política da hegemonia imperfeita**. Petropolis/ RJ: Editora Vozes, 1998, p. 17-76.
12. PARADA, Engenio L. "Política y políticas públicas" In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabet (Orgs). **Políticas Públicas; coletânea**, Brasília: ENAP, 2006, vol. 1, p. 67-95.
13. SARAVIA, Enrique. "Introdução à teoria da política pública" In: \_\_\_\_\_ & *Enrique Saravia*: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabet (Orgs). **Políticas Públicas: coletânea**, Brasília: ENAP, 2006, vol. 1, p. 21-42.
14. TRINDADE, José Damião de Lima. "Os direitos humanos: para além do capital" In: FORTI, Valeria; BRITES, Cristina (Orgs.). **Direitos Humanos e Serviço Social: Polêmicas, Debates e Embates**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 11-28.



15. WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]**. Rio de Janeiro: Instituto de Carioca de Criminologia; Editora Revan, 2007, p.83-202.
16. WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

# ANEXOIII

## Área de Concentração

### Políticas Públicas em Direitos Humanos

Podemos considerar que muitas são as formas de ação, cooperação ou regulação em níveis local, nacional ou mundial que buscam a ampliação, efetivação e reafirmação dos Direitos Humanos e da cidadania. Estas formas aludem a um dos direitos mais preciosos: o da liberdade de fazer e refazer a nós mesmos<sup>1</sup>. Assim entendidos, os temas dos Direitos Humanos e da ação pública alcançam grande abrangência acadêmica e têm caráter interdisciplinar. Por isso, não se trata aqui de tomar o tema dos Direitos Humanos como um sub-ramo jurídico ou como um desdobramento de certos ramos do direito (ainda que este, especialmente o direito internacional, seja referência fundamental), mas de reforçar o seu caráter de motor de mudança social, promotor e informador da ação, seja em âmbito local, nacional ou internacional.

A escolha desta problemática como área de concentração do Programa de Mestrado e de Doutorado abre todo um campo novo teórico e investigativo, uma vez que articula Direitos Humanos enquanto indutor de promoção de cidadania e de inovação social. O tema desafia, uma vez que os processos indutores de transformação social precisam agora ser pensados e teorizados de maneira interligada e interdisciplinar abarcando temas como: globalização; ação pública partilhada entre atores governamentais e não governamentais; novos arranjos setoriais e políticas transversais de saúde, educação, justiça etc.; internacionalização dos Direitos Humanos; acesso à justiça; promoção e proteção de direitos: à vida, à saúde, ao trabalho, à cidade, à segurança, etc.; persistência de desigualdades e segregações de raça, de gênero e de idade; escravidão contemporânea; novos arranjos e ressignificações da família; processos de criminalização na cidade e no campo; múltiplas demandas de reconhecimento; laicização do Estado; educação inclusiva, etc., tornando-se, em muitos casos, dimensões que atravessam às diversas pesquisas constantes dessa proposta. Um programa de pós-graduação que tem como área de concentração *Políticas Públicas em Direitos Humanos* irá consolidar tais esforços e contribuir de forma sistemática com a construção de conhecimento na área, tão necessário, urgente e contemporâneo em sociedades como o Brasil, ainda em processo de democratização.

A área de concentração proposta abrangerá duas linhas de pesquisa. A primeira mais voltada para os Direitos Humanos da perspectiva da ação pública, nacional e internacional e a segunda, para as práticas locais, nacional ou internacional de violação, proteção e promoção dos Direitos Humanos e da cidadania.

Todavia, pode-se problematizar o fato de que os objetos constitutivos dessas duas linhas de pesquisa se atravessam por tratar-se de um amplo e complexo campo de estudo, o que nos permite chegar a uma primeira conclusão: a de que as linhas não se reduzem a aspectos disciplinares únicos e; por tratar-se de uma proposta interdisciplinar, ela abarca

---

<sup>1</sup> HARVEY, D. "A Liberdade da cidade" In. MARICATO, Emínia, (et alli). **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 27.

professores, disciplinas, metodologias e formações distintas, que permitem e reforçam os entrelaçamentos, o que nos leva a uma segunda conclusão: de que as linhas não, obrigatoriamente, priorizam pré-especializações, podendo o aluno e os docentes circularerem entre os conteúdos das distintas linhas, o que enriquecerá a sua formação.

### Linhas de Pesquisa do PPDH

#### 1 - Estado, políticas públicas nacionais e internacionais em Direitos Humanos

Esta linha visa o estudo de elementos filosóficos, teóricos e aplicados acerca das políticas públicas em Direitos Humanos, em nível nacional e internacional. De um lado, fundamenta-se em conceitos, definições e desenvolvimento acadêmico do tema dos Direitos Humanos. Baseia-se em uma noção de Direitos Humanos que se refere, dentre outros, às necessidades humanas essenciais, à democratização da sociedade e à promoção do desenvolvimento sustentável, econômico, político e social. Orienta-se pela compreensão de que estes direitos nunca são plenamente realizados, encontram-se sempre em movimento, sujeitos à ampliação, afirmação e também retrocesso e que são base para enfrentar e superar as várias formas de violência ou potenciais violações. De outro lado, centra-se no estudo e pesquisa sobre o estado e problematiza as relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Toma por base uma ação pública, que na atualidade, vem vivenciando mudanças profundas, no âmbito nacional e internacional, tais como a desconcentração da ação do estado na provisão de bens públicos e seu deslocamento para a sociedade civil e para o mercado. Atenta ainda para a emergência de novos atores sociais, cada vez mais relevantes na produção de políticas públicas. Finalmente, procura compreender o impacto da globalização sobre a produção das políticas, seja enquanto redução da ação dos estados nacionais, enquanto desafio para responder a problemas gerados em escala global ou ainda como resposta às decisões internacionais de Direitos Humanos.

Estarão reunidos nesta linha de pesquisa os mais amplos estudos de políticas públicas em Direitos Humanos destinados aos diversos grupos da sociedade. Assim, questões como população em situação de rua, juventude, mundo do trabalho, questões ambientais, questões de segurança, educação inclusiva e em Direitos Humanos, refugiados, escravidão contemporânea, laicidade do Estado, Direitos Humanos internacionais, dentre tantas outras possibilidades de estudo, no esforço tanto de compreensão e análise, quanto o de proposição, monitoramento e avaliação destas políticas.

#### Docentes da linha de pesquisa e área de orientação

Docente	Área de Orientação
<b>Ana Claudia Diogo Tavares</b> Doutorado em Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Sistema de Justiça, democracia e direitos humanos Ditadura e democratização no Brasil Conflitos agrários, ambientais e direitos humanos
<b>Cristiane Brandão Mérida</b> Doutorado em Saúde Coletiva pela	Direito Humanos e Penas Privativas de Liberdade

Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Direitos Humanos e Medidas de Segurança Criminologia, Política Criminal e Direito Penal Princípios Constitucionais e Sistema Penal Juizados Especiais Criminais/JVDFM e Acesso à Justiça Justiça Criminal: comportamento institucional
<b>Joana Domingues Vargas</b> Doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência  Jovens em Conflito com a Lei  Instituições da Polícia e da Justiça  Segurança Pública
<b>Leonardo Soares dos Santos</b> Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense	História dos Movimentos Sociais Questão Agrária História das Relações Raciais Pensamento social brasileiro Brasil republicano Sociologia rural Sociologia urbana
<b>Maria Celeste Simões Marques</b> Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro	Teoria do Estado, Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, Trabalho e Justiça, Direito Internacional do Trabalho Sistemas de Proteção dos Direitos Humanos
<b>Marildo Menegat</b> Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro	Barbárie  Violência  Teoria política  Criminologia Crítica  Cultura popular
<b>Mariléa Venâncio Porfírio</b> Doutorado em Ciências Sociais Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Direitos Humanos e Populações de Rua
<b>Pedro Cláudio Cunha Bocayuva Cunha</b> Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro	Globalização e direitos humanos. Direitos Humanos e Direito à Cidade. Hegemonia e sujeitos coletivos. A nova centralidade da periferia e a inversão das prioridades
<b>Ricardo Rezende Figueira</b> Doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro	Direitos Humanos; Violência; Migração; Trabalho Escravo; Poder.
<b>Vantuil Pereira</b> Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense	Movimentos Sociais Pensamento Social Brasileiro História da Cidadania no Brasil

## 2 – Desigualdades e promoção de cidadania

Esta linha de pesquisa tem por objeto o estudo das diversas formas de desigualdades e promoção da cidadania. Segundo se pode notar, grande parte dos desafios colocados à consolidação de uma sociedade democrática, baseada entre outros aspectos na dignidade humana, sustenta-se na permanência de entraves vinculados às distorções nos âmbitos econômicos, culturais e sociais. Deste modo, tais desequilíbrios não devem ser naturalizados, sobretudo porque muitos, embora possuam traços econômicos, sustentam-se em discursos hegemônicos que reafirmam e estruturam tais diferenças.

Tais estudos podem ser tanto ampliados para seus aspectos internacionais, considerando, entre tantas possibilidades, as questões relacionadas à alteridade, à justiça, à imigração, à diáspora, à intolerância e à dimensão humanitária nos grandes conflitos, tomando-se como eixos tanto os aspectos comparativos que tais temas podem conter, bem como estudos de casos específicos. No que tange à realidade brasileira, esta linha de pesquisa abarcará aspectos que impactem na compreensão das desigualdades a partir da historicidade própria à nossa realidade. Nesse sentido, ganha ênfase, mas não propriamente limitadas a elas, os estudos relacionados às questões de gênero e raciais. Trata-se de duas áreas sensíveis e que têm recebido atenção no campo das políticas públicas em nosso país.

Se afirmamos que as desigualdades e segregações não podem ser naturalizadas. Elas já não o são a partir da realidade conflitiva vivida pelas sociedades. Deste modo, comporão esta linha de pesquisa os estudos vinculados ao conjunto de manifestações e mobilizações sociais em torno da conquista de direitos, os diversos tipos de movimentos sociais organizações da sociedade civil. Entende-se que as lutas sociais possuem relevância na compreensão das conquistas e avanços sociais, quanto nas questões relacionadas à dimensão do poder na sociedade.

### Docentes da linha de pesquisa e área de orientação

Docente	Área de Orientação
<b>Adonia Antunes Prado</b> Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Educação brasileira, sociologia política da educação, política e educação na América Latina, trabalho escravo contemporâneo e educação e movimentos sociais rurais e educação
<b>Anna Marina Barbará Pinheiro</b> Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense	Gênero Sexualidade Feminismos
<b>Giovanni Marcos Lovisi</b> Doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP-FIOCRUZ)	Saúde Coletiva Suporte social, Assistência psicossocial, Depressão gestacional, Transtornos mentais Eventos estressantes
<b>Hebe Signorini Gonçalves</b> Doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Adolescência e ato infracional Gênero e violência de gênero
<b>Jadir Anunciação de Brito</b> Doutorado em Direito pela Pontifícia	Direito, Política Social e Movimentos Sociais no Brasil

Universidade Católica de São Paulo	Conflitos Territoriais, Política Urbana e Direito à Cidade Conflitos sócio ambientais, movimentos sociais e Justiça Ambiental Dhescas, neoliberalismo e as políticas públicas de trabalho e renda Teorias de raça e classe Movimentos sociais e a judicialização dos direitos sociais. Violência do Estado, direitos humanos, resistência social e insurgência social
<b>Jussara Marques de Macedo</b> Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense	Políticas Públicas em Educação Direito à Educação
<b>Lilia Guimarães Pougy</b> Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Relações de gênero, Direitos Humanos e políticas públicas
<b>Marcos Vinícius Torres Pereira</b> Doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Direitos Humanos, Movimentos Sociais e Direitos da Diversidade Sexual; Direitos Humanos, Movimentos Sociais e Direitos dos estrangeiros; Direitos Humanos, Políticas Públicas e Gênero; Direitos Humanos e Direito Internacional Privado; Direitos Humanos e Direitos das Famílias; Diversidade Sexual e Teoria Queer; Circulação Internacional de Pessoas e Direitos Fundamentais;
<b>Mariana Trotta Dallalana Quintans</b> Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Direitos Humanos e Movimentos Sociais Questão Agrária Povos Tradicionais Direitos Humanos e Direito à Cidade. Criminologia Crítica Sociologia do Direito e da Administração da Justiça
<b>Mariléia Franco Marinho Inoue</b> Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo	Direitos Humanos e grupos vulneráveis: negros, índios, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais, mulheres, imigrantes
<b>Pedro Paulo G. Bicalho</b> Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro	Criminologia Segurança Pública Psicologia Jurídica
<b>Regina Helena Simões Barbosa</b> Doutorado em Doutorado Em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saude Publica Fiocruz	Gênero e saúde, com ênfase em violência de gênero e direitos humanos. Trabalho e saúde, com especial foco sobre o trabalho em saúde. Educação (popular) e saúde, com ênfase em metodologias participativas, em especial, pesquisa-ação;

## ANEXO IV

### Roteiro para elaboração de Projeto de Pesquisa

#### Recomendação prévia

Na folha de rosto devem estar indicados os dados institucionais (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH); Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos), o título do projeto, a linha de pesquisa, o grau do curso pretendido (Mestrado) e o ano.

#### Sobre o título do projeto

O título deve transmitir uma idéia geral sobre o trabalho. É recomendável a presença de um subtítulo explicativo, que dê conta, brevemente, da delimitação da questão central a ser investigada, caso tais informações não estejam presentes no título.

### 1. Introdução

#### 1.1. Delimitação do objeto

Neste item, deve ser exposto, com clareza, o objeto de pesquisa, ou seja, a formulação do(s) problema(s) a ser(em) desenvolvido(s), ao longo da investigação.

#### 1.2. Discussão bibliográfica

Em seguida, deve-se apresentar um comentário crítico acerca de obras que tratam do tema da pesquisa, de forma a possibilitar uma primeira compreensão, pelo leitor, do grau de conhecimento do autor do projeto acerca do assunto em questão. Não se trata, portanto, de uma simples enumeração de obras, mas de debater autores, ou correntes teóricas. Todas as afirmações – e isto vale para qualquer item do projeto e para qualquer trabalho acadêmico – devem estar acompanhadas de argumentação própria ou, quando for o caso, de referência a autor(es).

### 2. Objetivos

Trata-se de definir e apontar as metas da investigação. Os objetivos devem ser apresentados em tópicos iniciados por verbos indicativos de ação, no infinitivo, tais como analisar, examinar, discutir, comparar, demonstrar, entre outros. É conveniente, também, que exponham um ordenamento lógico (um objetivo geral e os restantes, específicos) e que cada um dos objetivos específicos corresponda a cada uma das hipóteses.

### 3. Perspectiva(s) teórica(s)

Trata-se de problematizar teoricamente a questão a ser investigada, isto é, expor os principais recursos teóricos – concepções, pressupostos e conceitos especificamente relacionados a uma tendência, ou correntes teóricas a serem mobilizados na pesquisa. Essa plataforma teórica constitui um universo de princípios, categorias e conceitos, formando um conjunto logicamente coerente, no interior do qual o trabalho do pesquisador se fundamenta e se desenvolve. É importante frisar que esse quadro teórico precisa ser enunciado de forma a tornar compreensível sua consistência, coerência e compatibilidade, em relação ao tratamento do(s) problema(s) a ser(em) enfrentados(s) – isto é, ao objeto da pesquisa.

### 4. Hipóteses

As hipóteses são afirmações provisórias, enunciados prévios a serem

verificados, adotados a título provisório como diretrizes da investigação. Hipóteses são, portanto, resultados aos quais se imagina poder chegar. Neste sentido, é aconselhável apresentá-las – uma hipótese central e as demais, sub-hipóteses – sob a forma de tópicos, preferencialmente correspondentes aos objetivos a serem alcançados. Observe-se que a hipótese central é, também, o tema/problema central que o trabalho se propõe a desenvolver e demonstrar. As hipóteses complementares (ou sub-hipóteses) são enunciados de caráter particular, cuja demonstração permite alcançar as várias etapas que se pretende atingir para a construção total do tratamento do problema a ser investigado. Obviamente, a formulação de hipóteses leva em conta a(s) perspectiva(s) teórica(s) que fundamenta(m) a argumentação. Ressalte-se, também, que não se deve confundir hipótese com pressuposto, com evidência prévia; hipótese é o que se pretende demonstrar e não o que já se tem demonstrado evidente, desde o ponto de partida.

## **5. Metodologia e fontes**

Por metodologia entende-se a descrição dos meios, instrumentos e atividades técnicas necessários ao tratamento do problema, a partir das fontes. Vale notar que as fontes não são repositórios neutros, exigindo um exame adequado, em função de sua especificidade. Para isso, é necessário apresentar uma tipologia, ou seja, explicitar a natureza dos diversos materiais (textuais, orais etc.), sob suas diversas formas.

## **6. Referências**

### **6.1. Fontes**

Neste item deve constar o arrolamento do material documental levantado – organizado de acordo com a tipologia indicada no tópico anterior.

### **6.2. Referências bibliográficas**

Trata-se da listagem das obras mencionadas no projeto, apresentada de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ver ABNT/NBR 6023).



## ANEXO V

### Termo de Adesão para candidatos/as negros/as ou indígenas

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_,  
estou ciente e concordo com as regras do Edital XX/2015 do  
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos  
Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, declarando-me  
que:

- Não concorrerei ao adicional de vagas da Política de Acesso Afirmativo ao PPDH/NEPP-DH/UFRJ.
- Concurrerei ao adicional de vagas da Política de Acesso Afirmativo ao PPDH/NEPP-DH/UFRJ destinado a candidatos indígenas, declarando-me indígena.
- Concurrerei ao adicional de vagas da Política de Acesso Afirmativo ao PPDH/NEPP-DH/UFRJ destinado a candidatos negros, declarando-me negro.

---

**Assinatura - Data**

## ANEXO VI

### ORIENTAÇÕES PARA PRODUÇÃO DO MEMORIAL (para candidatos optantes indígenas)

Número de páginas: mínimo de 05 e máximo de 8

**relatando histórico de vida e intenções de estudo**

#### **EIXOS PARA O MEMORIAL**

A principal ideia da elaboração desse memorial é fazer um relato de vida e intenções de estudo no PPDH/NEPP-DH/UFRJ, contendo auto-declaração de identidade indígena, com menção do grupo indígena específico a que está identificado;

Em suma apontamos as seguintes questões:

- Quem é... de onde vem, como é o seu campo de trabalho, por que está envolvido com esse tipo de trabalho.
- Mostre como foi construindo sua trajetória profissional indicando o que levou à atuação presente (*considere além da produção prática, a participação em eventos e produção bibliográfica: artigos publicados em revistas, painéis, congressos, etc.*).
- Aponte quais problemas ou aspectos desta sua trajetória que se articulam com a expectativa que você tem em realizar um mestrado na área de direitos humanos.

#### SUGESTÃO DE ORGANIZAÇÃO

- **Capa**
- **Índice**
- **Trajectoria acadêmica e produção bibliográfica**
- **Experiência profissional**
- **Outras atividades pertinentes**
- **Referências** (referências básicas para realização do presente documento).